



## Comissão antecipa discussão de temas da reforma política

Colegiado de senadores que será instalado hoje começa a examinar projetos já em tramitação no Senado porque substitutivo da Câmara só chega em meados de julho

O senador Jorge Viana vai presidir a comissão especial que, com a relatoria de Romero Jucá, vai organizar os temas da reforma política que serão analisados em Plenário. Como os deputados só devem concluir na segunda semana do mês que vem a votação do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 23/2007, os senadores do

colegiado vão começar os trabalhos analisando projetos que já tramitam na Casa. Essas propostas preveem mandatos de cinco anos para chefes do Executivo; fim da reeleição para governantes; data única para eleições municipais, estaduais e federal; nova forma de financiamento das campanhas eleitorais; e redução do período de propaganda dos candidatos. 3

### especial Cidadania

## Mediação proposta no Senado deve dar velocidade à Justiça

Falta apenas a sanção da presidente Dilma Rousseff para que vire lei a proposta de mediação de conflitos aprovada no

início do mês no Senado. Nova regra aposta no entendimento entre as partes para reduzir número de ações judiciais. 8



José Cruz/Agência Senado

Comissão de juristas instalada por Renan em 2013 elaborou anteprojeto

**Produtores pedem renegociação para combater crise na cultura de arroz 7**

**Debatedores criticam falta de investimento em ciência 4**

**Texto preliminar para diretrizes do Orçamento pode ser votado hoje 6**

**Reportagem da TV Senado vence Prêmio Orgulho Autista 2**

**Pena maior para corrupção de menores chega à votação final 4**

Genildo Mangel/Agência Senado



## Grupo que atualizará Código de Aeronáutica inicia trabalhos

A comissão de especialistas encarregada pelo Senado de atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica iniciou ontem os trabalhos. De acordo com o presidente do grupo, Georges Ferreira, será criado um e-mail para que os especialistas recebam as sugestões da

sociedade e dos grupos de interesse. A comissão espera redigir um anteprojeto compatível com as novas tecnologias, com a elevada demanda atual e com as regras internacionais da aviação. A comissão foi criada por sugestão do senador Vicentinho Alves. 5

Especialistas em aviação debatem na reunião inaugural da comissão criada pelo Senado para apresentar uma proposta de modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica

## MP do Imposto de Renda tranca pauta do Plenário

A medida provisória que reajusta a tabela do Imposto de Renda precisa ser votada até 8 de julho. Enquanto os senadores não a votarem, ela trancará a pauta do Plenário. Entre os textos que aguardam análise no Senado, está o que desobriga a Petrobras de ser a operadora única do pré-sal. 3

Secom | Criação e Marketing

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência  
Lei Complementar 142/13

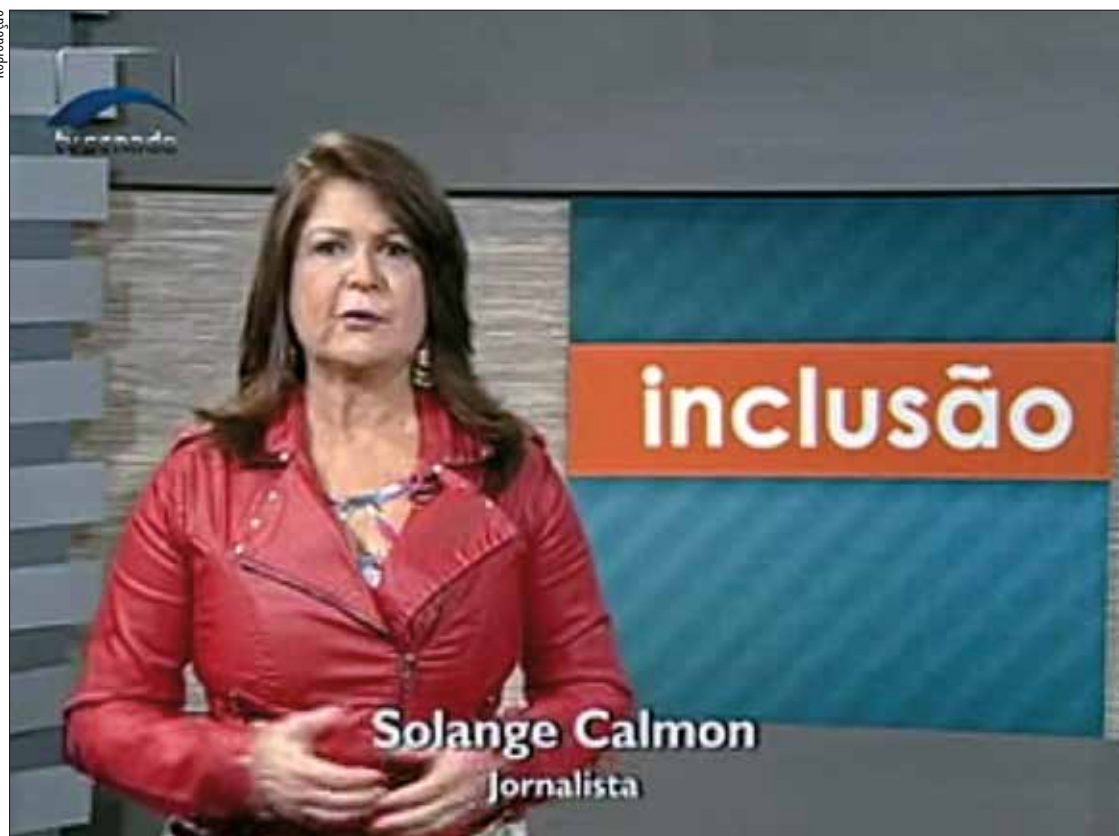
**Um justo direito para quem percorre esse caminho**

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência. É o Congresso Nacional colaborando para a conquista da cidadania.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Reprodução

A jornalista Solange Calmon apresenta no programa *Inclusão*, da TV Senado, a reportagem vitoriosa: autismo em destaque

## TV Senado vence prêmio por reportagem sobre autismo

Repórter Solange Calmon foi a ganhadora da categoria Imprensa Televisão Destaque por vídeo sobre seminário realizado no Interlegis. Senador Romário foi agraciado na categoria Político Brasileiro Destaque

A JORNALISTA DA TV Senado Solange Calmon é uma das vencedoras da 10ª edição do Prêmio Orgulho Autista 2014/2015. Ela concorreu na categoria Imprensa Televisão Destaque com uma reportagem veiculada no programa *Inclusão* sobre o seminário Autismo e os Desafios da Educação Inclusiva, realizado pelo Programa Interlegis, do Senado, em abril.

Romário (PSB-RJ) também é um dos agraciados, na categoria Político Brasileiro Destaque. O reconhecimento deve-se a atuação dele como

parlamentar na defesa da causa das pessoas com deficiência. O senador foi o relator da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, aprovada em 10 de junho e que resultou do PLS 6/2003, apresentado por Paulo Paim (PT-RS). Romário é ainda autor de projetos que beneficiam pessoas com deficiência, como o PLS 45/2015, que proíbe a cobrança por escolas de taxa adicional para alunos com deficiência. A promoção do seminário Autismo e os Desafios da Educação Inclusiva foi uma iniciativa dele.

O Prêmio Orgulho Autista é uma realização do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). A honraria é concedida anualmente, desde 2005, a pessoas, entidades e organizações que contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas diagnosticadas autistas e suas famílias. A seleção é realizada por meio de votação pelos membros do conselho da premiação. A entrega do prêmio será em 3 de dezembro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

## Relatório da MP do Futebol pode ser votado amanhã

A comissão mista que analisa a MP 671/2015 (MP do Futebol), que refinancia dívidas de clubes, marcou para amanhã a votação do relatório final. O texto foi apresentado pelo deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) na quarta passada, mas os integrantes da comissão pediram mais tempo para examinar a proposta.

O relator adiantou que a maior alteração feita no relatório foi a flexibilização da exigência de Certidão Negativa de Débito (CND) da Receita Federal para que os clubes possam participar

de competições. Ele explicou que os clubes alegaram que a burocracia da Receita pode atrasar a obtenção do documento e prejudicar os times que estão em dia com as obrigações. Outra mudança pode vir nos trechos sobre a garantia da participação de atletas nas eleições internas dos clubes.

A MP do Futebol versa sobre o refinanciamento das dívidas fiscais e trabalhistas dos clubes de futebol profissional. A medida provisória cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

(Profut), um instrumento de refinanciamento que exige dos clubes que aderirem o cumprimento de critérios de responsabilidade fiscal e de gestão interna.

A MP 671/2015 perde a validade em 17 de julho. Se aprovada na comissão mista, terá que passar por votações no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado. Em pronunciamento na quinta-feira, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) cobrou a aprovação da medida. De acordo com o senador, é fundamental que a sociedade pressione por adoção de regras para a moralização do principal esporte do país.

— Essa medida provisória foi uma iniciativa dialogada com o Bom Senso Futebol Clube. E bom senso penso que é o que falta ao futebol brasileiro para fazer jus aos títulos e honrarias que já alcançou ao longo de sua história — defendeu Randolfe.



Comissão avalia parecer de Otavio Leite (E, com Sérgio Petecão e Andres Sanchez)

## Audiência debate ações em favor da agricultura familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública na quinta-feira para debater ações que visem à fixação do homem no campo e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Foram convidados a ministra da Agricultura, Kátia

Abreu; a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón; o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida; e o presidente da Contag, Alberto Ercílio Broch. A audiência pública terá início às 8h.



Consumidora avalia produtos de agricultura familiar em mercado de Salvador

Ademilson Nunes/Governo do Bahia

## Projeto anistia universitário expulso por atividade política

Alunos excluídos das instituições federais de ensino superior por abandono, jubramento ou expulsão decorrente de atividade política podem ser anistiados. Proposta com esse objetivo deve ser votada hoje na Comissão de Educação (CE).

O PLS 378/2012, do ex-senador Inácio Arruda, estabelece que os candidatos

à anistia devem ter ingressado na instituição federal por meio de exame seletivo regular, em qualquer época, e que precisam manifestar interesse em retomar os estudos.

O texto prevê ainda o remanejamento do aluno para curso diverso daquele em que tenha sido originalmente aprovado, desde que haja disponibilidade de vagas.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CPI DO CARE Requerimentos

9h A CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais se reúne para analisar 13 requerimentos.

### CCT Identificação de chamadas

9h A comissão analisa, entre 26 itens, o PLS 433/2013, sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis.

### CMA Logística reversa

9h30 A Comissão de Meio Ambiente examina, entre outros, o PLS 174/2014, que isenta do IPI, por até dez anos, veículos elétricos a bateria ou híbridos a etanol, e o PLS 403/2014, que desonera sistemas de logística reversa.

### CAE Turismo rural

10h A Comissão de Assuntos Econômicos tem pauta com 14 itens. O PLS 65/2012 reduz a 3% a alíquota do ISS sobre o turismo rural e o PLS 252/2011 cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis.

### CE Prova da OAB

11h A Comissão de Educação tem pauta com dez itens. Entre eles, o PLS 188/2010, que estabelece prazo de validade do Exame de Ordem, e o PLS 542/2013, que isenta do IPI os objetos de cristal de chumbo artesanais.

### CMO Reunião de líderes

12h30 Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento; às 13h, continua reunião deliberativa extraordinária iniciada no dia 17.

### PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada pela MP 670/2015, que reajusta a tabela do Imposto de Renda.

### CPI DO HSBC Requerimentos

14h30 A CPI do HSBC se reúne para apreciação de cinco requerimentos.

### REFORMA POLÍTICA Nova comissão

17h Instalação da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado na sala de audiências da Presidência da Casa.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Grupo de senadores será instalado hoje com o objetivo de examinar projetos que já estão em tramitação no Senado, porque a análise do tema na Câmara só deve ser concluída no mês que vem. Jorge Viana vai presidir os trabalhos, que terão relatoria de Romero Jucá

## Comissão da reforma política vai se antecipar à proposta da Câmara

A COMISSÃO ESPECIAL que analisará as propostas da reforma política será instalada hoje às 17h. O colegiado será presidido por Jorge Viana (PT-AC) e terá como relator Romero Jucá (PMDB-RR). O trabalho será organizar os temas da reforma política para votação em Plenário a partir de duas fontes: propostas do próprio Senado e o substitutivo da Câmara à PEC 23/2007.

Tema central das votações dos deputados nas últimas semanas, o substitutivo será remetido ao Senado quando a votação for concluída na Câmara. A PEC original tratava apenas de fidelidade partidária, mas ideias oriundas de outros projetos e de emendas dos deputados foram incorporadas. O texto final cobre uma variedade mais ampla de temas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende que a comissão trabalhe com rapidez para que as propostas cheguem ao Plenário o mais rápido possível.

— A comissão trabalhará sugerindo procedimentos,



Rodolfo Lima/Nitro

Redução do período das campanhas eleitorais é tema de um dos projetos de reforma política em análise no Senado

pautas e prioridades para sistematizar e propor um calendário para apreciação de todas as propostas. Se for necessário, nós vamos trabalhar sábado e domingo — garantiu Renan.

A intenção inicial do presidente do Senado era fazer a reforma chegar ao Plenário já no início de julho, mas isso não será possível. O projeto ainda precisa ser votado em segundo turno pelos deputa-

dos antes de ser enviado para o Senado. Isso só deve ocorrer na segunda semana do próximo mês, segundo afirmou o presidente da outra Casa, deputado Eduardo Cunha.

Até lá, a comissão poderá trabalhar com projetos do próprio Senado. A assessoria de Jucá informou que o senador tem quatro proposições que podem representar o pontapé inicial das atividades

do colegiado: a PEC 30/2015 estabelece mandatos de cinco anos para os chefes do Executivo e proíbe a reeleição; a PEC 71/2012 determina a coincidência de datas das eleições municipais, estaduais e federais; o PLS 127/2015 trata do financiamento de campanhas eleitorais; e o PLS 128/2015 reduz o período das campanhas. Este último tema não foi tratado pela Câmara.

## Audiência debate lei de responsabilidade de estatais

A comissão mista encarregada de apresentar uma proposta de lei de responsabilidade das estatais quer saber o que o Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) pensam sobre o tema. Para tanto, uma audiência pública com representantes das três instituições foi marcada para amanhã, às 14h30. Confirmaram participação o coordenador de Controle Externo da Área de Infraestrutura do TCU, Arsenio Dantas, e o diretor da

Bovespa Daniel Sonder.

Entre as funções da comissão, está a análise do anteprojeto de lei apresentado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que visa aumentar a transparência nas estatais. A proposta prevê a regulamentação de trechos da Constituição sobre o tema.

O artigo 173 da Carta determina que uma lei deve ser criada para estabelecer o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e das respectivas

subsidiárias, inclusive no que diz respeito à função social e às formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade. Por falta dessa legislação, cada estatal segue normas próprias.

Ao apresentar o anteprojeto, no começo de junho, Renan argumentou que as regras dessas organizações precisam ser unificadas. Para o presidente do Senado, esse vácuo legal deve ser preenchido.

— Essa lei fortalecerá o Brasil e acabará com o mundo paralelo das estatais, que não têm controle público, não têm

acompanhamento do Congresso e não dão respostas à sociedade — ressaltou.

Uma das medidas do anteprojeto é que os profissionais indicados pelo Executivo para a presidência das empresas deverão ser sabatinados por comissão do Senado e aprovados pelo Plenário. Atualmente, no caso das estatais, a nomeação é livre e incondicional.

A comissão é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tem como relator o deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA).

## Blairo critica uso indevido de recursos do governo

Blairo Maggi (PR-MT) lamentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que completou 15 anos, tenha sido descumprida nos últimos anos para atender interesses político-eleitorais. O senador se referia às “pedaladas fiscais”, mecanismo adotado pelo Executivo que permitiu o uso de dinheiro de bancos públicos para pagar benefícios.

Ele questionou o Congresso por aprovar uma série de benefícios sem levar em conta a situação dos empresários, especialmente os pequenos e médios.

— Tem coisas que são colocadas sob responsabilidade de determinadas empresas que elas conseguem cumprir, outras, não. No entanto, as penalidades são iguais para os grandes, para os pequenos, para os médios — protestou o senador.



## Ferraço: nova contratação para empresas públicas

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu projeto dele que acaba com a contratação de dirigentes de estatais por indicação política (PLS 281/2015). Pelo texto, quando uma estatal precisar de um novo dirigente, deverá publicar convocação pública, com informações sobre o cargo, atribuições, remuneração e experiência profissional exigida. Todos que atenderem as exigências poderão participar do processo seletivo.

— O projeto permite que candidatos com perfil desejado participem de seleção em benefício da administração pública, e não dos seus interesses partidários ou particulares.

O projeto está em estudo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



## Para Lindbergh, viagem à Venezuela foi “incendiária”

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a comitiva de senadores que visitou a Venezuela na semana passada. Segundo ele, faltou equilíbrio quando se permitiu que as esposas dos líderes da oposição venezuelana entrassem no ônibus dos parlamentares brasileiros.

O senador disse que a Venezuela vive um momento delicado e que os senadores tiveram um “papel incendiário” em vez de diplomático ao fazer aliança com “os setores golpistas e mais extremados”. Ele convidou os senadores da oposição para viajar na quinta-feira com a nova comitiva que visitará o país.

— Espero trazer aqui uma posição de equilíbrio dessa comissão do Senado brasileiro. Por isso, vamos conversar com todas as partes.



Fotos: Jefferson Kury/Agência Senado

Para universidades, governo e setor empresarial, faltam investimentos públicos e privados, acesso à educação de qualidade e leis atualizadas para setor se desenvolver

## Debate aponta entraves para ciência e inovação

ATRASO INSTITUCIONAL E educacional, marco legal desatualizado, falta de recursos humanos e investimentos para o setor e falta de conexão entre universidade e empresariado foram alguns dos entraves citados por debatedores em audiência ontem da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre o desenvolvimento na área de pesquisa e inovação.

Para a secretária-executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Emília Ribeiro, há um descompasso grande entre o investimento público e o privado na área. Segundo ela, os governos estadual e federal vêm aplicando recursos no setor, mas as empresas não estão engajadas nem possuem a cultura de investir em pesquisa e inovação.

O reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia, Naomar Monteiro Filho, afirmou que, para ele, a desigualdade estrutural na educação brasileira, na qual apenas uma minoria social tem acesso à universidade pública e ao ensino de qualidade, é o principal entrave para a inovação no país. Desconstruir a educação como fator de exclusão social, segundo ele, é medida urgente para que o país avance no setor.

Já o pró-reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo, José Eduardo

Krieger, acredita que, para o Brasil evoluir na área, o grande desafio é investir na expansão do ensino superior, focando na qualidade e relevância da produção universitária.

— Precisamos ter um sistema integrado e hierarquizado de educação superior, amplo e diversificado. Novas formas de ensinar e recrutamento de professores que fujam da mesmice.

Emília citou a promulgação da Emenda Constitucional 85, que estimula o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, e a aprovação da lei que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade como avanços no setor. Ela ressaltou, porém, que legislações ainda precisam ser revistas e a sociedade e o Congresso devem participar na elaboração de um projeto de lei consistente para regulamentar o tema.

— O Congresso tem dado suporte imenso ao ministério no assunto. É um local de debate muito importante.

Emília afirmou que o Ministério da Ciência e Tecnologia vem apoiando e acompanhando de perto propostas referentes à área, entre elas o PL 2.177/2011. O texto muda a forma de atuação das instituições científicas públicas perante empresas e estimula a participação de cientistas em projetos de pesquisa por meio de parcerias com o setor privado.



Cristovam (C) coordena audiência que discutiu como construir um sistema de conhecimento e inovação

## Futuro do país depende de agenda tecnológica, afirma especialista

Para os debatedores, se o Brasil não der um salto em ciência e tecnologia, terá sérias dificuldades de se constituir como nação. O presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que o país continuará a viver um desastre de dependência:

— Hoje só vivemos se lá de fora mandarem remédios e equipamentos médicos.

O senador disse que o empresariado não busca inovar e defendeu a federalização do ensino como forma de vencer um sistema de educação de base que exclui. A medida, disse, é imprescindível

para o país dar um salto em tecnologia.

O diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, afirmou que, se o Brasil não conseguir se conectar na agenda científica e tecnológica mundial, sofrerá um retrocesso industrial e econômico:

— Precisamos de uma agenda superior do ponto de vista de volume de recursos, marco legal, capacidade de conexão com a inovação, seletividade em projetos estratégicos. Uma agenda voltada mais para o país e menos para grupos de interesse.

## Comissão analisa pena maior por corrupção de menores

A Comissão de Constituição, Justiça (CCJ) vota, em decisão final, amanhã, projeto de Aécio Neves (PSDB-MG) que agrava a pena pelo crime de corrupção de menores (PLS 219/2013). A proposta inclui a prática no rol dos crimes hediondos.

Substitutivo do relator, José Pimentel (PT-CE), faz mudanças significativas no projeto. Muitas das alterações sugeridas constam, inclusive, de outro substitutivo de Pimentel, apresentado ao PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), e já pautado para votação, em regime de urgência, na sessão plenária de hoje. A proposta de Serra tramita em conjunto com projeto da Câmara similar (PLC 20/2015), ainda pendente de parecer da CCJ.

Os pontos de aproximação entre os substitutivos de Pimentel aos dois projetos se concentram em modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A principal delas é a criação de um regime especial de atendimento socioeducativo para menores infratores que praticarem, mediante violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos.

O regime especial deverá alcançar jovens na faixa dos 18 aos 26 anos que se envolveram com crimes graves quando

eram menores de idade. Nesses casos, o período de internação poderá durar até oito anos e deverá ser cumprido em estabelecimento específico ou em ala especial da unidade de internação regular, desde que assegurada a separação dos demais internos.

### Proteção

Pimentel também propôs medidas protetivas para os jovens inseridos no regime especial socioeducativo. Assim, procura tornar obrigatórias atividades de escolarização e profissionalização. Busca ainda assegurar o acesso ao trabalho, com a possibilidade de o interno requerer autorização judicial para trabalho externo.

Outra similaridade entre os dois substitutivos é a medida que pretende facilitar a construção de estabelecimentos específicos ou de alas especiais em unidades de internação já existentes via inserção das obras na Lei 12.462/2011, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

São similares também as alterações propostas por Pimentel ao Código Penal, à Lei de Organizações Criminosas e à Lei de Drogas que agravam a pena até o dobro, na prática de crime hediondo, para quem corromper ou facilitar a corrupção de

menores de 18 anos, cometer crimes acompanhados de menor ou induzi-lo à prática.

“No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna. Nos últimos anos, vem crescendo a utilização de menores para a prática de crimes, principalmente por organizações criminosas. Elas aproveitam da condição de inimputabilidade dos menores e os utilizam para diversos crimes que, se praticados por maiores de idade, sofreriam as consequências da persecução penal”, diz Pimentel no substitutivo.



Proposta de Aécio inclui corrupção de menores no rol de crimes hediondos

## Projeto aprimora o estatuto, afirma Aécio

Aécio Neves avaliou que “a corrupção do menor que visa ao cometimento de homicídio ou de extorsão mediante sequestro é indiscutivelmente mais grave e repugnante do que a que tem por objetivo o furto”.

A intenção do PLS 219, segundo o senador, “é aprimorar o ECA para prever uma graduação da reprimenda conforme a gravidade do crime praticado ou induzido mediante a corrupção do menor”.

Ao mesmo tempo em que procurou ampliar o alcance do projeto, José Pimentel sugere eliminar a inserção do crime de corrupção de menores no rol dos crimes hediondos.

“Entendemos que o referido rol deve ser preservado para conter apenas as condutas consideradas gravíssimas, que causam re-

pugnância social e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo, seja pelo modo ou meio de execução, pela finalidade que presidiu ou iluminou a ação criminosa, ou, até mesmo, pela adoção de qualquer outro critério válido. O alargamento descuidado e pouco criterioso da lista de crimes classificados como hediondos jogará essa categoria no ‘lugar comum’, retirando-lhe o caráter de excepcionalidade que justifica o rigoroso regime de cumprimento de pena a que são submetidos os agentes que cometem esse tipo de delito”, argumenta Pimentel.

Se aprovado pela CCJ e não houver recurso para votação pelo Plenário, o PLS 219/2013 será enviado, em seguida, à Câmara dos Deputados.



Maria Helena Rolim, relatora, Georges Ferreira, presidente, Doriêdo Luz, vice-presidente, e mais 18 membros da comissão terão 60 dias para concluir anteprojeto

## Especialistas iniciam trabalhos para atualizar Código de Aeronáutica

Atual código é considerado defasado em face das transformações no setor aéreo brasileiro, como o aumento da demanda de passageiros

A COMISSÃO DE especialistas responsável pela reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) começou a funcionar ontem. Foram discutidos o regulamento interno e o plano de trabalho do grupo. O presidente do colegiado, Georges Ferreira, apresentou regras para abertura dos trabalhos, tempo de debate e aprovação de textos, entre outras rotinas.

O regulamento foi aprovado por unanimidade. A comissão deve se reunir semanalmente, às segundas-feiras, às 10h. Ficou acertada a criação de subgrupos, organizados por temas como transporte, navegação aérea, segurança operacional e infraestrutura aeroportuária. Ao fim dos trabalhos, a proposta de atualização do código será disponibilizada ao público para consulta.

Na visão de Georges Ferreira, que é advogado, aviador e pesquisador em aviação civil, o trabalho da comissão “será

árduo”. Ele lembrou que as convenções internacionais sobre a aeronáutica e a Constituição de 1988 precisam balizar o novo texto. Também recomendou cuidado com as demandas de grupos de interesse, que poderão entrar em contato com os integrantes da comissão. Ele informou que o Senado vai criar e-mail específico para funcionar como um canal entre a comissão e os interessados.

— Temos orgulho de pertencer a esta comissão. É um trabalho que o país espera há 30 anos. Temos um objetivo comum: o avanço da aviação e o bem do Brasil — afirmou.

A relatora da comissão, Maria Helena Rolim, pesquisadora na área de estratégia espacial, disse que a construção “de uma planilha de direito” pode orientar o trabalho do grupo, com a comparação de pontos como legislação internacional, demandas internas e itens do atual código que

poderão ser mantidos. Para o vice-presidente da comissão e especialista em regulação em aviação civil, Doriêdo Luiz dos Prazeres, o novo código de aviação exige uma base de legislação mais globalizada:

— Quanto mais padronizada for a aviação mundial, maior o nível de eficiência. O ideal é a que a nossa legislação esteja antenada com o que há de mais evoluído no mundo.

### “Novo Brasil”

O consultor legislativo do Senado Tiago Ivo abordou outras reformas recentes feitas na Casa, como a do Código Penal, para subsidiar a nova comissão. Para ele, uma das prioridades deverá ser adaptar o código ao “novo Brasil”, que, nos últimos anos, viveu crescimento da classe média e realização de grandes eventos internacionais, que trazem preocupação com atos terroristas.

— O anteprojeto deve ser

o mais técnico possível, procurando atender todo o sistema. Hoje muita gente que só viajava de ônibus pode viajar de avião, assim como a preocupação com o terrorismo é muito maior do que em 1986 — lembrou, em referência ao ano em que passou a vigorar o atual código.

Com as novas tecnologias e o aumento da demanda de passageiros, o código atual é considerado defasado. As concessões de aeroportos e a entrada de novas empresas no setor também demandam a atualização da lei.

A sugestão de atualização do código é de Vicentinho Alves (PR-TO), que é piloto comercial. Engenheiros, juristas e especialistas do setor aéreo estão entre os 21 membros da comissão, que terá seis meses para apresentar anteprojeto do novo CBA. Depois, o texto tramitará como projeto de lei no Senado e na Câmara.

## Proposta beneficia setor de semicondutores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, em caráter terminativo, parecer de Walter Pinheiro (PT-BA) favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2015, que torna permanentes benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

O projeto, aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), zera as alíquotas do PIS-Pasep, da Cofins, do PIS-Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializa-

dos (IPI) incidentes na compra de aparelhos, instrumentos e equipamentos usados na fabricação desses dispositivos.

No parecer, Pinheiro destaca a importância da proposta para a economia brasileira: “O projeto possui grande potencial para contribuir para o avanço tecnológico e para o aumento da taxa de inovação do país e estimular a produção de bens e serviços de alto valor agregado. Trata-se de um setor considerado, em todo o mundo, como um dos pilares do desenvolvimento econômico e social”.

Ele lembra que a aprovação do PLC também ajuda o segmento de novas fontes



Apoio permanente à produção de componentes eletrônicos é alvo do texto

de energia, como a solar: “O programa de incentivos do Padis contempla a fabricação de componentes microeletrônicos envolvidos na cadeia produtiva do setor de energia

solar fotovoltaica no país. Todo mundo está de olho no sol do Brasil. Mas é preciso atrair indústrias de equipamentos de produção de painéis fotovoltaicos”.

## Mais um nome para a ANTT será analisado

A Comissão de Infraestrutura (CI) sabatina na quarta-feira Marcelo Vinaud Prado, indicado pela Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Desde maio, a CI já aprovou outros três nomes para a diretoria do órgão.

Prado é servidor da ANTT desde 2005. Foi assessor técnico da diretoria, gerente de Fiscalização e, desde 2013, é superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas.

É graduado em tecnologia de processamento de dados, pela Universidade Paulista, e especialista em regulação em transportes terrestres, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em transportes urbanos, pela Universidade de Brasília (UnB), e em redes de computadores e sistemas distribuídos, pela Universidade Católica de Goiás. Também concluiu mestrado em engenharia de transportes na UnB.

O relator da indicação na CI, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a qualidade da formação e da experiência profissional do indicado. Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta e depois enviada para deliberação final em Plenário.

### Compromisso

A comissão já aprovou os nomes de Sérgio de Assis Lobo, Carlos Fernando do Nascimento e Marcelo Bruto da Costa Correia para a ANTT. O primeiro já passou pelo Plenário, mas os outros ainda aguardam votação. O empenho da comissão em completar os cargos vagos na direção das agências reguladoras resulta de compromisso de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao assumir a presidência da CI, em março. Para ele, as agências devem ter as diretorias operantes, para que melhor cumpram o papel de regulação e fiscalização, conferindo segurança jurídica ao setor em que atuam.

Nas sabatinas anteriores, os senadores demandaram melhor integração entre os diferentes modais de transporte e mais articulação entre os órgãos que os regulam. Também pediram modelos simplificados de concessão de rodovias que não necessitem de grandes obras, com contratos regionalizados para atrair empresários locais, e mais agilidade na conclusão de ferrovias.

# Comissão estuda texto que barateia carro elétrico

Projeto, que será votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, afeta veículos de fabricação nacional, que ficariam dez anos livres do Imposto sobre Produtos Industrializados

OS SENADORES DA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) devem votar hoje o projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por até dez anos os veículos elétricos a bateria ou elétricos híbridos a etanol, de fabricação nacional, e os equipamentos para recarga das baterias de tração.

O PLS 174/2014, do senador licenciado Eduardo Braga, atual ministro de Minas e Energia, também suspende por dez anos a cobrança do IPI incidente no desembarço aduaneiro e do Imposto de Importação sobre partes e acessórios importados, sem similar nacional, para a fabricação dos veículos e recarga das baterias. Nesse caso, o benefício poderá acabar antes dos dez anos, caso haja a produção de similares nacionais.

O autor explica que o carro elétrico gera menos emissões e é mais eficiente que os que utilizam motor de combustão interna. Por isso, ele quer in-

centivar a produção nacional de veículos elétricos, que podem ter acionamento por meio de baterias, carregadas na rede elétrica, ou por meio de um gerador a bordo, acionado por um motor de combustão interna, que são os chamados veículos elétricos híbridos.

Entre os incentivos previstos no projeto, Eduardo Braga destaca a fabricação de automóveis elétricos híbridos a etanol, por ser um combustível renovável, cuja tecnologia de produção é dominada pelo Brasil. Ressalta ainda incentivo para disseminação de unidades de abastecimento para recarga das baterias, por considerar que, "se não houver uma rede de recarga bem distribuída pelo país, os consumidores rejeitarão a nova tecnologia".

Os benefícios propostos no projeto são para automóveis de passageiros, de transporte de mercadorias e os chamados de usos especiais, como caminhões-guindastes, veículos de combate a



Fabio Rodrigues Pozzobon/ABR

A redução dos gases do efeito estufa está entre as vantagens do carro elétrico, aponta relatório favorável ao projeto

incêndio e betoneiras.

Ao recomendar a aprovação da matéria, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apontou como vantagens do

carro elétrico a diminuição de emissões de gases de efeito estufa e a redução dos níveis de poluição do ar.

Após a análise pela CMA, o

projeto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

## Texto preliminar da LDO pronto para votação

O relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 (PLN 1/2015) está pronto para votação e pode ser analisado na próxima reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), marcada hoje, às 13h.

O texto, já com o parecer às emendas apresentadas, foi entregue quinta-feira pelo relator da LDO 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE).

O parecer preliminar, que antecede o relatório final, contém as regras para as emendas ao projeto da LDO. É uma

espécie de guia de deputados e senadores na apresentação das demandas.

Das 16 emendas oferecidas ao relatório preliminar por deputados e senadores, Teobaldo acolheu parcialmente duas, dos deputados Izalci (PSDB-DF) e João Arruda (PMDB-PR). Com a modificação, os parlamentares poderão apresentar, sem restrições, emendas para o Anexo 3 da LDO.

Esse anexo contempla as ações que não poderão ser contingenciadas em 2016. O deputado Ricardo Teobaldo

havia determinado, inicialmente, que as emendas deveriam identificar "o ato legal" criador da despesa que seria ressaltada do bloqueio orçamentário.

Se o relatório for aprovado hoje, o prazo para emendas ao projeto da LDO pode iniciar amanhã. Pela Constituição, o recesso legislativo do meio do ano, que vai de 18 a 31 de julho, só pode começar após a aprovação da LDO.

A Comissão de Orçamento se reunirá no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

## Raupp quer mais agilidade para análise de patente

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou a contratação de 100 aprovados em concurso do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), responsável pela análise de pedidos de patente.



Jefferson Ruy/Agência Senado

O senador propôs que as taxas pagas ao Inpi sejam revertidas para o órgão, que conta com 192 examinadores e 184 mil pedidos de patente protocolados, o que dá uma média de 958 pedidos por servidor.

Essa relação coloca o Brasil em 19º em um ranking de tempo de análise que abrange 20 países da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. O tempo médio de concessão de uma patente nos Estados Unidos é de 2 anos e meio; na Coreia, 2 anos; Colômbia e Peru analisam os pedidos em 3 anos; e o Brasil, em 11 anos, lamentou Raupp.

## CPI do HSBC deve criar grupo de trabalho

A formação de um grupo de trabalho para ajudar nas investigações está na pauta de hoje da CPI do HSBC. O requerimento pede que o grupo seja composto por servidores do Senado e por membros indicados pela Receita Federal, pelo Banco Central, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pela Polícia Federal. Segundo Ricardo Ferraço (PMDB-ES),

relator da CPI e autor do requerimento, o grupo fará o trabalho ocorrer "com mais especialidade e eficiência".

Também consta da pauta da CPI uma série de requerimentos. Um deles solicita ao HSBC o envio à CPI da listagem completa dos brasileiros que tinham conta na unidade do banco na Suíça entre 2006 e 2007.

A CPI foi criada para investigar

supostas irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça. Há suspeitas de que um grande número de brasileiros tenha usado o banco para lavar dinheiro do tráfico de drogas e da corrupção, além de praticar sonegação de impostos. A comissão tem Paulo Rocha (PT-PA) como presidente e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) como vice-presidente.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Coordenação de Edição:** Silvío Burle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Evandro Kondraty/Cabinete do senador Ana Amélia



Coordenado por Ana Amélia (C), debate na assembleia legislativa gaúcha teve participação de Kátia Abreu (ao microfone)

## Produtores de arroz pedem ações contra crise no setor

Com participação da ministra da Agricultura, audiência promovida pelo Senado no Rio Grande do Sul expôs dificuldades dos agricultores, que defenderam renegociação de dívidas e questionaram preços

O MINISTÉRIO DA Agricultura, Pecuária e Abastecimento pode formar um grupo de trabalho para discutir a renegociação das dívidas dos produtores de arroz. O compromisso foi assumido pela ministra Kátia Abreu ontem, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no Rio Grande do Sul.

O objetivo do encontro, ocorrido em Porto Alegre, era debater o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2015-2016. Lançado no início do mês, o plano prevê R\$ 187,7 bilhões em recursos.

A declaração da ministra foi uma resposta às manifestações de produtores, que expuseram as dificuldades enfrentadas na lavoura do arroz no estado, como a defasagem entre o custo de produção e o preço mínimo.

A ministra recebeu das lideranças do setor documento que pede ações contra a crise, como a imediata prorrogação, por 90 dias, dos pagamentos das operações de crédito rural. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Carlos Joel da Silva, as dívidas estão vencendo e os agricultores não têm meios para pagar.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA

e autora do requerimento da audiência, disse acreditar que o setor do arroz é o que enfrenta os problemas mais graves no estado:

— Esse setor precisa de um compromisso sério, de uma política estável, que dê ao produtor a segurança necessária. O arroz é um produto que está na mesa de todos os brasileiros.

Sobre a renegociação das dívidas, Kátia Abreu lembrou que a questão depende dos bancos e a análise é caso a caso. Para uma renegociação que englobe todos os produtores, seria preciso fazer uma lei.

Para isso, ela pretende criar um grupo de trabalho.

Os produtores também reclamaram do preço mínimo, que permite ao agricultor manter renda em caso de queda acentuada no valor do produto. Nesse caso, o governo banca a diferença entre o preço mínimo e a cotação de mercado. Os critérios da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para definir esses preços foram questionados. Para a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, os valores estão bem abaixo do que seria necessário.

## Tarifas de energia elétrica e juros também são criticados

O deputado estadual Adolfo Brito (PP-RS) e o deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS) ressaltaram a necessidade de energia de qualidade. Segundo Brito, 60% das propriedades ainda têm energia monofásica. O alto custo da energia também foi criticado por produtores.

Kátia Abreu informou que o ministério tem trabalhado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica para estudar meios de reduzir a tarifa cobrada dos produtores.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luis Carlos

Heinze (PP-RS), alertou para os juros altos cobrados dos produtores rurais. Já o presidente da Fetag-RS denunciou concorrência desleal de produtos produzidos em países do Mercosul. Segundo Carlos Joel da Silva, produtores de países vizinhos usam insumos proibidos no Brasil que barateiam a produção. Depois, vendem aqui a preços mais baixos, concorrendo com os produtores brasileiros.

Como não houve tempo para que todos os questionamentos fossem debatidos, um novo encontro deve ser marcado para julho.

## Gleisi elogia novo Plano Safra da Agricultura Familiar

O Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado ontem, foi elogiado por Gleisi Hoffmann (PT-PR). O plano vai destinar R\$ 28,9 bilhões no período 2015-2016.

A senadora explicou que, apesar do aumento da taxa básica de juros, a taxa para a agricultura familiar cresceu pouco. Com isso, os juros dos empréstimos para custeio e investimentos da próxima safra vão variar de 0,5% a 5,5%, alíquota inferior à inflação.

Outra boa notícia, afirmou Gleisi, é o decreto que de-



termina que 30% dos alimentos consumidos no âmbito do governo federal deverão ser comprados da agricultura familiar.

— Isso nós já tínhamos nos níveis municipal e estadual. Agora, teremos no federal. O que estamos falando com isso? Que 30% da alimentação terão que vir da agricultura familiar. Isso é fundamental porque dá sustentabilidade à produção, o agricultor sabe que o que ele produzir vai ter comercialização — disse a senadora.

## “PT se acomodou no poder”, diz Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que o Partido dos Trabalhadores perdeu o vigor transformador e se acomodou no poder. Ele classificou as recentes críticas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo Dilma como “duras e contundentes”.

Para o senador, o atual governo federal caracteriza-se por improvisar em áreas delicadas como o ajuste fiscal, o fator previdenciário e as

desonerações fiscais.

Na interpretação de Cristovam, as esquerdas do país estão em crise e não têm ideias nem propostas concretas.

— O governo está mudo porque não é capaz de trazer a novidade. A novidade de que o que realmente vai definir daqui para a frente um bom sistema social e econômico é o bem-estar, não é necessariamente o PIB e o consumo — afirmou.

## Wellington alerta para situação de haitianos em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou o crescimento dos problemas sociais em Mato Grosso com a chegada de 2,7 mil haitianos em Cuiabá desde a Copa do Mundo, no ano passado. Ele ressaltou a situação precária dos imigrantes.

Segundo o senador, a capital de Mato Grosso recebe em média de 20 a 30 haitianos por dia. A maioria tem dificuldade para conseguir emprego e se regularizar. Os doentes conseguem atendimento com a ajuda da Pastoral do Migrante.



Wellington defendeu a aprovação no Senado do projeto que cria a Lei da Migração.

— Não podemos transformar essa linha imigratória em um problema social a mais

para o nosso país. Devemos acolher com responsabilidade. Cobrar não só a aprovação desse projeto, como outras medidas que apoiem os governos do estado, os governos municipais, no sentido de fazer com que esse povo tenha todas as condições para que possa desenvolver aqui suas esperanças, seus sonhos.

## Comissão pode analisar mudanças na legislação trabalhista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, e deve analisar o PLS 606/2011, que visa tornar mais eficiente a cobrança dos débitos trabalhistas reconhecidos pela Justiça do Trabalho.

A proposição, que já foi votada pela CCJ, é de Romero Jucá (PMDB-RR) e traz para o campo trabalhista os aprimoramentos dos processos regulados pelo novo Código de Processo Civil (CPC), que

conta com regras que possibilitam ações mais ágeis.

Outros dois projetos tramitam em conjunto e tratam de mudanças processuais na legislação trabalhista: os PLSs 92/2012, de Eduardo Amorim (PSC-SE), e 351/2012, de Lindbergh Farias (PT-RJ).

### Destilarias

Também está na pauta a criação do Programa de Microdestilarias de Alcool e

Biocombustíveis, prevista no PLS 252/2011, de Acir Gurgacz (PDT-RO). A iniciativa, segundo o autor, vai promover a permanência no campo dos micros e pequenos produtores de cana, que hoje estão sendo obrigados a vender suas terras aos grandes usineiros. Para isso, eles terão acesso a linhas de crédito com juros favorecidos e prazos mais longos para pagamento, além da isenção de alguns tributos.



Senadores também devem avaliar linha de crédito para produtores de cana

# País pode ter Justiça mais ágil com a mediação

Objetivo de projeto aprovado pelo Senado é promover o acordo entre as partes, reduzindo o acúmulo de ações judiciais sem julgamento e evitando os custos de processos demorados

Larissa Bortoni

“A JUSTIÇA ATRASADA não é Justiça; senão injustiça qualificada e manifesta”. A frase é do advogado, político, diplomata e jurista Ruy Barbosa, nascido em 1849 e morto em 1923. Ele chegou a essa conclusão há quase cem anos, protestando contra a demora do Poder Judiciário. Mas o problema continua atual. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de cada 100 processos em análise em 2013, apenas 29 foram julgados.

O Senado tem aprovado projetos que podem dar outro ritmo aos processos. O mais recente deles (SCD 9/2015), originalmente apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), regulamenta a mediação e aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff.

O presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB do Distrito Federal, Asdrubal Lima Júnior, explica que a nova legislação define um processo para a solução de conflitos que podem acabar na Justiça. Nesses casos, os envolvidos contam com a ajuda de uma terceira pessoa, o mediador, a quem cabe promover um entendimento entre

as partes. O tratado tem valor legal e deve ser cumprido.

— O resultado desejável da mediação é o acordo. Não há uma decisão dada por um terceiro, mas apenas outra pessoa que ajuda no processo de diálogo e vira um facilitador — diz o advogado.

Para José Pimentel (PT-CE), que relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mediação é perfeita para solucionar conflitos de pequena gravidade.

— Não podemos mais assistir na Justiça situações como a de duas pessoas que moram no mesmo condomínio, se conhecem bem, mas em um dia se envolvem num acidente de carro. Só que, em vez de fazerem um acordo, vão para o Poder Judiciário — afirma.

O projeto prevê três tipos de mediação: extrajudicial, judicial e administrativa. Na primeira, antes de procurar a Justiça, os envolvidos tentam uma composição com um mediador ou instituição privada especializada na área. A mediação deve seguir os princípios legais e, se houver uma acomodação, não é necessário que a decisão seja registrada judicialmente, como ressalta Asdrubal Lima Júnior:

Wagner Soares/Tribunal de Justiça de Goiás



Mediação é indicada, por exemplo, em questões familiares como as que envolvem a pensão alimentícia de filhos

— Esse acordo tem toda validade jurídica, mas ainda assim, a depender do mediador e das partes, o acordo pode ser homologado por um juiz. O documento por si já vale. Se uma das partes não cumprir aquilo que ficar estabelecido, o documento poderá ser levado à execução forçada perante o Poder Judiciário.

## Antes do juiz

A mediação judicial é a que acontece no Poder Judiciário, mas antes de o processo chegar às mãos de um juiz. Apresentada a demanda, os envolvidos são chamados para tentar um trato. Esse meio de campo pode ser feito por serventuários da Justiça ou por mediadores privados. Acordo fechado, o entendimento é levado ao juiz, que faz a homologação.

A mediação administrativa está ligada à resolução de conflitos que envolvam a administração pública. É preciso de autorização da Advocacia-Geral da União, com parecer

aprovado pela Presidência da República. O representante da OAB avalia que o uso da mediação deve gerar economia.

— Não só no gasto da própria defesa, como no aparelhamento do próprio Poder Judiciário. Afinal, esse dinheiro também vem dos cofres públicos.

A mediação pode funcionar como uma maneira de resolver pendências que se arrastam por um bom tempo e deixam estragos emocionais.

— Exemplo são as causas envolvendo pensão alimentícia, em que, na maioria das vezes, a briga financeira é só uma desculpa para o casal resolver pendências afetivas muito mais complexas. Nesta hipótese, a mediação, através de profissionais devidamente capacitados, trabalha o pano de fundo do conflito familiar, a fim de que as partes saiam não só com um acordo financeiro em mão, mas também emocionalmente satisfeitas e com a relação social restabelecida — diz Ricardo Ferraço.

## Arbitragem é outra alternativa

Antes de aprovar o projeto da mediação, o Senado votou, em maio, a proposta — já sancionada pela presidente Dilma — com novas regras para a arbitragem (Lei 13.129/2015).

A arbitragem guarda diferenças significativas em relação à mediação, como explicado em uma cartilha da Procuradoria-Geral de Justiça do Ceará (veja o Saiba mais).

O texto esclarece que a mediação tem o propósito de recuperar o diálogo entre as partes para só depois tratar do conflito. O mediador não toma decisões nem dá sentenças. A arbitragem, por sua vez, é indicada para quando o entendimento não vem de forma amigável. A um terceiro — o árbitro, geralmente um especialista no tema — é dado o poder de decisão.

## Brasil soma 95 milhões de ações O que é preciso para ser mediador

A publicação *Justiça em Números*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada em 2014, mostrou que no final do ano anterior havia 95 milhões de processos na Justiça. A cada ano, o acervo processual cresce 3,4% em média.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a mediação e a arbitragem, aprovadas pela Casa, “são dois métodos alternativos de resolução de conflitos que irão contribuir para esvaziar as prateleiras da Justiça”.

Em 2013, Renan propôs a criação de uma comissão de juristas com o objetivo de apresentar propostas para leis de mediação e de arbitragem. O grupo foi presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão.

Na solenidade de apresentação dos textos da comissão, no final de 2013, o ministro

salientou que os mais de 90 milhões de processos que aguardam análise nos tribunais significam quase um litígio para cada dois brasileiros. Na Austrália, segundo ele, há uma questão para cada grupo de 16 mil habitantes.

— Quando você aposta na solução em que a própria sociedade encontra a resolução dos seus conflitos, isso é um marco da civilidade — disse.

O esforço de modernização dos códigos da Justiça começou nas gestões de José Sarney como presidente do Senado. Ele instalou comissões de juristas encarregados de modernizar os códigos civis e penais. Sarney considera alarmante o número de ações judiciais no Brasil. Para o ex-senador, há no país uma cultura de litígio, que pode ser mudada se a sociedade entender os benefícios dos acordos.

O foco principal da mediação é resolver as disputas que envolvam causas cíveis e administrativas nas mais diferentes áreas. Mas qual seria a diferença entre esse método e a conciliação?

Segundo o CNJ, normalmente a mediação é usada em casos mais complexos e a conciliação, nos mais simples. Asdrubal Lima Júnior, da OAB-DF, acrescenta que a mediação é indicada nas situações de relações continuadas, como as familiares, e a conciliação, nos casos eventuais.

Pelo projeto aprovado no Senado, nas questões extrajudiciais qualquer pessoa que tenha confiança das partes pode ser mediador. Já para ser mediador judicial, o interessado deve ter curso superior completo, formado há pelos menos dois anos em instituição reconhecida pelo Minis-

tério da Educação. É também necessário que se capacite em uma escola de formação de mediadores reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados ou pelos tribunais.

Os tribunais, por sua vez, deverão manter cadastros atualizados de mediadores. A remuneração aos mediadores judiciais será definida pelos tribunais e paga pelas partes em conflito. O serviço é gratuito, contudo, para pessoas mais pobres.

Uma das características da mediação é a agilidade. A judicial deve ser resolvida em até 60 dias. Se o prazo não for suficiente, mas a negociação estiver caminhando para um pacto, o juiz pode conceder tempo extra. Na extrajudicial, não está definido um limite, mas o acordo deve ocorrer em até três meses.

## Princípios

- Boa-fé
- Oralidade
- Informalidade
- Busca do consenso
- Isonomia entre as partes
- Imparcialidade do mediador
- Autonomia de vontade das partes

## Saiba mais

**Projeto da Lei de Mediação**  
<http://bit.ly/SCD9de2015>

**Vídeo sobre a nova regra**  
<http://bit.ly/videoMediacao>

**Diferenças entre mediação e arbitragem**  
<http://bit.ly/cartilhaMediacao>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)